

EJA EM FORTALEZA: do orçamento à efetivação do direito à educação

Antonio Jorge Ferreira Severino

Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0003-4517-1789>

RESUMO:

O presente estudo investiga o desmonte da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Fortaleza entre 2013 e 2023. A análise se baseia em dados oficiais e em pesquisas qualitativas, buscando compreender as relações entre o orçamento público destinado à EJA, as políticas públicas implementadas e os indicadores educacionais da modalidade. Como fundamento teórico temos os estudos de Sérgio Haddad (2002, 2007, 2016), Maria Clara Di Pierro (2000, 2015) e Miguel Arroyo (2005). Como resultado, o estudo aponta que entre 2013 e 2023, houve uma queda de 64% nas matrículas na EJA municipal, a diminuição do número de turmas em 72%, e a quantidade de professores da EJA em Fortaleza diminuiu 60% no período analisado. Concluindo assim que a falta de estrutura adequada, o corte de docentes e a transferência compulsória de alunos contribuem para a precarização do ensino na EJA.

PALAVRAS-CHAVE: EJA. Educação. Orçamento. Política Pública. Fortaleza.

Abstract

This study investigates the dismantling of Youth and Adult Education (EJA) in Fortaleza between 2013 and 2023. The analysis is based on official data and qualitative research, seeking to understand the relationships between the public budget allocated to EJA, the public policies implemented, and the educational indicators of the modality. As a theoretical basis, we have the studies of Sérgio Haddad (2002, 2007, 2016), Maria Clara Di Pierro (2000, 2015), and Miguel Arroyo (2005). As a result, the study points out that between 2013 and 2023, there was a 64% drop in enrollments in municipal EJA, a 72% decrease in the number of classes, and the number of EJA teachers in Fortaleza decreased by 60% in the period analyzed. Thus, it concludes that the lack of adequate structure, the cut in teachers, and the compulsory transfer of students contribute to the precariousness of EJA education.

Keywords: EJA. Education. Budget. Public policy. Fortaleza.

Resumen

Este estudio investiga el desmantelamiento de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en Fortaleza entre 2013 y 2023. El análisis se basa en datos oficiales e investigación cualitativa, buscando comprender las relaciones entre el presupuesto público asignado a la EJA, las políticas públicas implementadas y los indicadores educativos de la modalidad. Como base teórica, se tienen los estudios de Sérgio Haddad (2002, 2007, 2016), Maria Clara Di Pierro (2000, 2015) y Miguel Arroyo (2005). Como resultado, el estudio señala que entre 2013 y 2023, hubo una caída del 64% en las inscripciones en la EJA municipal, una disminución del 72% en el número de clases, y el número de profesores de EJA en Fortaleza disminuyó en un 60% en el período analizado. Así, concluye que la falta de estructura adecuada, el recorte de profesores y la transferencia obligatoria de alumnos contribuyen a la precariedad de la educación EJA.

Palabras clave: EJA. Educación. Presupuesto. Public policy. Fortaleza.

1 INTRODUÇÃO

Em uma tarde de sábado, sem grandes expectativas, assistia a um episódio da série "Segunda Chamada", produzida pela Rede Globo. Mais do que um mero entretenimento, a série provocou reflexões profundas sobre algo tão

presente nos últimos 14 anos de docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com o objetivo de demonstrar de forma objetiva, mediante dados concretos, a falta de prioridade política das gestões com a EJA, me motivou a realizar este estudo.

Retornando à série, lançada em 2019 (primeiro pela Globo na TV aberta e depois no Globo Play), apresenta de forma sensível uma realidade próxima à dos professores e alunos da EJA. Através de seus onze episódios na primeira temporada e seis episódios na segunda, a série nos convida para acompanhar o dia a dia de uma escola pública noturna, Escola Estadual Carolina Maria de Jesus, frequentada por alunos com idades entre 17 e 70 anos. A segunda temporada inicia abordando um tema crucial: a possibilidade de fechamento das turmas no turno noturno.

Na rede pública de educação, a EJA no turno noturno, a cada dia se torna mais escassa e vem enfrentando diversos outros desafios como a falta de recursos e infraestrutura adequada. Mesmo assegurado pela Constituição Federal, em seu artigo 208, que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988) o acesso e permanência nesta modalidade ainda é um problema.

Na série, o turno noturno estava ameaçado de fechamento devido à alta taxa de evasão. Diante do iminente risco, a professora de português Lúcia (interpretada por Débora Bloch) se empenha em buscar novos educandos, inclusive convidando moradores em situação de rua para retornar à escola.

Para aqueles que acreditavam que as dificuldades da EJA acabariam ali, em 1988, com a garantia do direito à educação expressa na Constituição, infelizmente erraram feio. Após 36 anos da promulgação da Carta Magna, esta modalidade de ensino ainda enfrenta diversos desafios, especialmente no que diz respeito ao financiamento, como retratado na segunda temporada da série. A professora Lúcia, assume uma função que deveria ser do órgão gestor da Educação para divulgação e ampliação do número de educandos. A educadora

passa a ter outra demanda além da sua jornada em sala de aula, o que demonstra seu compromisso político com a educação.

Sobre esse compromisso político, Paulo Freire afirma que “a professora progressista ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor, e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer” (Freire, 2000, p. 44). A educação impregnada de sentido político, é constantemente ameaçada e de forma mais contundente após o golpe jurídico, midiático e parlamentar de 2016 que tirou da presidência a primeira mulher eleita para governar o Brasil. Como consequência várias políticas sociais entraram na mira, e com a EJA não foi diferente.

Voltando à série "Segunda Chamada", compreendi que a produção cinematográfica não se limita a apresentar uma simples história fictícia. Ela projeta uma realidade comum aos diversos jovens e adultos que lutam pelo acesso à educação nas escolas localizadas nas periferias das cidades brasileiras, mesmo com a legislação maior do país, assegurando o direito à educação fundamental para todos os brasileiros.

Como reflexo dessa conjuntura tão adversa, a cidade de Fortaleza não resistiu aos ataques à educação, assim como não preparou contra-ataques. Numa linguagem futebolística, podemos dizer que o município “jogou contra” e vem marcando “vários gols” contra o time da EJA. É perceptível a redução, ao longo dos anos, no número de educandos na modalidade na cidade. Ao realizar uma busca rápida nos dados do Censo Escolar/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, é possível identificar uma redução de 60% entre 2011 e 2022 no número de matrículas na EJA em Fortaleza.

A tese de que não há demanda para a EJA não pode ser utilizada, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNAD Contínua, em 2023, a capital cearense possuía quatro de cada dez fortalezenses com mais de 25 anos de idade, que não completaram a educação básica, ou seja, são os educandos em potencial da EJA.

Diante desse contexto preocupante, este estudo se propõe a analisar a relação entre a alocação de recursos financeiros para a EJA no município de Fortaleza e a efetivação do direito à educação para jovens e adultos na última década (2013-2023).

No que concerne aos métodos e critérios adotados para a análise empreendida nesse estudo, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, baseada em documentação, definidas conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 192-193). Contemplou também a realização de pesquisa bibliográfica, a qual serviu de fundamento para revisão da literatura sobre a temática com vistas a delimitação do referencial teórico e análise dos métodos utilizados. Já a análise documental, esta última, extraída de fontes oficiais como o Censo Escolar da Educação Básica, Censo Demográfico Brasileiro, Balanço Geral - Acompanhamento da Execução Orçamentária da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Lei Orçamentária Anual do município de Fortaleza.

A investigação, de natureza quanti-qualitativa e documental, baseia-se em indicadores sociais e educacionais buscando verificar a adequação dos padrões observados aos pressupostos assumidos pelo trabalho e explicitados ao longo do estudo. Ao realizar a análise orçamentária do município de Fortaleza e da EJA, me debrucei e me inspirei em estudos anteriores, como os de Sérgio Haddad (2002, 2007, 2016), Maria Clara Di Pierro (2000, 2015) e Miguel Arroyo (2005).

Para tanto, três questões norteiam o estudo: a) Qual a relação entre a alocação de recursos financeiros para a EJA em Fortaleza e a efetivação do direito à educação para jovens e adultos? b) Quais são os principais itens orçamentários relacionados à EJA no município de Fortaleza, e como sua distribuição tem evoluído ao longo do período em análise? c) Qual é a participação percentual da EJA no orçamento total destinado à Educação no município de Fortaleza e como essa participação tem variado ao longo dos anos?

Ao responder a tais perguntas, este estudo busca contribuir para a compreensão dos desafios e das oportunidades que permeiam o financiamento da EJA em Fortaleza, subsidiando a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas. Busca ainda, de maneira indireta, subsidiar através de

dados, ações que possam garantir o pleno acesso à educação para todos os cidadãos fortalezenses, independentemente de sua idade, condição ou trajetória de vida.

Nesse sentido, o artigo está estruturado em quatro seções: a primeira consiste nesta introdução, que contextualiza o tema, apresenta os objetivos e a metodologia do estudo; a segunda aborda uma breve revisão sobre os resultados no que concerne às pesquisas já realizadas sobre EJA e orçamento, além de questões centrais relativas ao analfabetismo, escolaridade e desigualdades na educação; a terceira discute a EJA e seu financiamento em Fortaleza; e a quarta e última seção, consolida as considerações finais do artigo.

2 DO INVESTIMENTO PÚBLICO À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EJA

Antes de me debruçar sobre os dados orçamentários e outros indicadores oficiais, realizei uma revisão da literatura sobre a EJA e o orçamento público no Brasil nos últimos anos. Conforme os estudos já realizados, o panorama é desalentador. Raros são os estudos abrangentes e aprofundados sobre o tema, como apontam autores como Haddad (2002) e Ribeiro (2009).

Essa carência pode ser atribuída a diversos fatores, como a escassez de dados atualizados e confiáveis, a dificuldade de acesso a sistemas governamentais e a complexa linguagem dos documentos orçamentários ou ainda a sua indisponibilidade, de acordo com Ventura (2009) e Miranda Silva (2019). Essa realidade dificulta análises mais amplas e quantitativas sobre o tema.

Em levantamento de pesquisas relacionadas à EJA, no período de 1998 a 2008, conforme Ventura (2009), foram utilizados predominantemente métodos como estudo de caso, análise de discurso e pesquisa-participante. Tais abordagens possibilitam gerar uma riqueza de informações, mas ao mesmo tempo, limitam a realização de análise mais abrangente da temática e em âmbito nacional.

Deste universo identificado por Ventura (2009), alguns temas se destacam na literatura, conforme destaque: i) Políticas públicas e gestão

direcionadas à EJA (Ireland, 2009; Ventura, 2009); ii) Gestão da EJA em escolas especializadas (Haddad e Siqueira, 2016; Borges, 2014); iii) Oferta de EJA no Ensino Médio (Ventura, 2016); iv) Avaliação diagnóstica na EJA (Andriola, 2014); v) Composição do financiamento da EJA (Di Pierro, 2015; Volpe, 2013; Miranda Silva, 2019).

Ao me debruçar sobre a literatura da EJA e o Orçamento, pude identificar um ponto crucial, e comum, em alguns estudos que apresentam uma relação entre o baixo financiamento da EJA e a redução das matrículas na modalidade, como nos estudos de Volpe (2013), Di Pierro (2015), Ventura (2016) e Miranda Silva (2019).

Já os estudos de Serra, Ventura, Alvarenga e Reguera (2017) e Cardoso (2018), defendem que o investimento na EJA deve ser um dever do Estado brasileiro e tem retornos positivos para os educandos assim como para toda a sociedade.

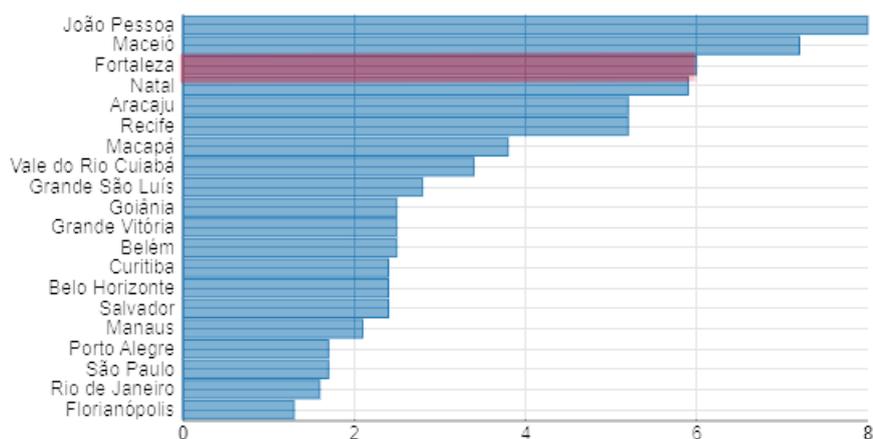
Outro bloco de estudos se dedicou a analisar os investimentos na EJA, realizando análise qualitativa e documental. Dentre eles Borges (2014), que analisou os gastos de uma escola na EJA no Distrito Federal, e Cardoso (2018), que investigou o investimento na EJA no Rio Grande do Sul. Outros autores utilizaram a análise documental e a estatística como ferramentas importantes em estudos sobre investimentos na EJA, como os de Di Pierro (2015), Ventura (2016), Miranda Silva (2019) e Santos, Nunes e Dantas (2019).

O estudo sobre investimentos é importante para analisar as prioridades políticas que são dadas pelos governos ao comprometer o orçamento público. É sabido que o discurso, por si só, não materializa a política pública e a sua efetivação se dá através de orçamento financeiro. Ao definir a prioridade, é necessário caracterizar o público beneficiário da política.

Ao descrever os educandos da modalidade, Miguel Arroyo (2005) aponta que, em sua maioria, são trabalhadores urbanos e rurais, oprimidos e em situação de pobreza, com destaque para a participação da população não branca, expulsa dos bancos escolares, ou que não teve acesso a eles na idade ideal e buscam retornar à escola para garantir (quem sabe?) melhores condições de vida.

É com essa caracterização que vive parte da população da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF . A região enfrenta um desafio significativo no tocante ao acesso à educação, especialmente para a população jovem e adulta e em 2022, apresentava a terceira maior taxa de analfabetismo do Brasil, segundo dados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do IBGE: 6,0% da população acima de 15 anos nessa condição. Essa taxa coloca a RMF atrás de outras duas regiões metropolitanas do Nordeste: Maceió (7,2%) e João Pessoa (8,0%), conforme dados do gráfico a seguir.

Gráfico: Analfabetismo nas Regiões Metropolitanas do Brasil (2022)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

O impacto na vida do sujeito jovem ou adulto privado da capacidade de ler e escrever é enorme. A rotina se apresenta de forma muito mais restritiva às oportunidades e ao desenvolvimento pessoal. As chances de trabalho se reduzem drasticamente, relegando o indivíduo a atividades precárias e/ou mal remuneradas, perpetuando o ciclo da pobreza e da marginalização.

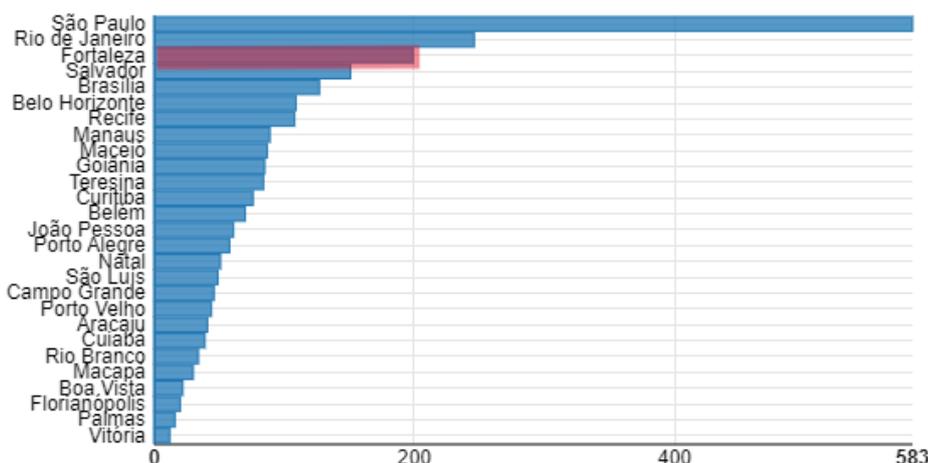
Ao longo de mais de uma década de docência na EJA, é comum ouvir relatos de educandos, que lembravam o quanto sofriam antes do processo de letramento, com baixa autoestima, vergonha e desmotivação. A comunicação, para muitos, era um obstáculo, limitando a capacidade de se deslocar pela cidade, de se expressar, defender seus direitos e/ou pontos de vista.

Diante da alta taxa de analfabetismo apresentados no gráfico acima, só reforça o quão é desafiador para a RMF a reversão desse pódio, pois exige uma

análise profunda das políticas públicas de educação, especialmente aquelas voltadas para a EJA, em conjunto com a integração das políticas entre os municípios das regiões metropolitanas.

Ainda de acordo com o SIDRA do IBGE, em 2022, quando se considera a população adulta acima de 25 anos sem instrução ou com menos de 5 anos de escolaridade, Fortaleza se destaca negativamente como a terceira cidade do Brasil em números absolutos de população sem instrução, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. São quase 200 mil pessoas sem instrução na capital cearense.

Gráfico: População adulta acima de 25 anos sem instrução ou com menos de 5 anos de escolaridade – Capitais (2022)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

A partir do indicador apresentado - terceira entre as capitais do Brasil com população adulta acima de 25 anos sem instrução ou com menos de 5 anos de escolaridade -, pode-se inferir a desproporção entre as capitais do sudeste que ocupam as primeiras posições e a cidade de Fortaleza.

É possível também, conjecturar que o contingente sem instrução ou com baixíssima escolaridade pode ser fruto das deficiências históricas na oferta de programas educacionais adequados para essa faixa etária, mas também de problemas estruturais e sociais que dificultam o acesso e a permanência na escola que precisam ser analisados à luz de um olhar interseccional.

Esse quadro não se configura como um problema residual ou uma dívida do passado, mas sim como uma questão complexa do presente que exige políticas públicas consistentes, duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural (Haddad; Di Pierro, 2000).

Quando realizados recortes interseccionais de gênero e raça, os indicadores apresentam um quadro ainda mais preocupante, especialmente entre os adultos com mais de 25 anos de idade. A análise do universo de fortalezenses de até 25 anos de idade, por cor/raça, revela que 43,3% dos pretos e pardos não concluíram a educação básica, enquanto entre os brancos esse número é de 33%.

Essa discrepância de 10,3 pontos percentuais entre os dois grupos reafirma a existência de desigualdades raciais significativas no acesso e na qualidade da educação na cidade. Esses dados destacam a necessidade de uma análise interseccional sobre as causas dessas disparidades na educação, conforme afirmam Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020):

[...] relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p. 16).

Questões socioeconômicas, culturais e estruturais podem estar contribuindo para essas diferenças, exigindo políticas e ações mais eficientes e inclusivas para promover a promoção da igualdade racial e de gênero na educação. Nesse contexto, o poder público pode e deve ser protagonista para a redução das desigualdades através da promoção de ações afirmativas que visam eliminar tais assimetrias.

A análise por gênero revela outras disparidades preocupantes na EJA em Fortaleza. Em números absolutos, são em torno de 400 mil mulheres e 326 mil homens acima de 25 anos de idade que não possuem instrução ou a educação básica completa. No entanto, ao considerar esses números em relação ao total de cada grupo, percebe-se que a situação é mais crítica para as mulheres, que

representam uma proporção ligeiramente maior do que os homens nessa categoria.

É fundamental investigar o que limita o acesso e permanência das mulheres negras, assim como as mães-solo na EJA. Trago aqui diversos motivos empíricos que impedem a plena participação das mulheres na EJA como a tripla jornada de trabalho (doméstico, profissional e de cuidado dos filhos), a falta de creches e redes de apoio, a discriminação de gênero e raça no ambiente escolar, a violência física e simbólica, a baixa autoestima e o não consentimento do companheiro.

É de suma importância reconhecer que a combinação de diferentes opressões gera efeitos únicos e potencialmente mais graves em determinados corpos. As mulheres negras, por serem vítimas, tanto do sexismo quanto do racismo, vivenciam barreiras ainda maiores para o acesso e a permanência na educação. Políticas públicas e ações educacionais devem levar em consideração essas intersecções para garantir a efetiva inclusão de todas as mulheres na EJA.

É necessário que haja investimentos e que sejam direcionados de forma específica para atender às especificidades de seu público. Isso significa considerar as barreiras particulares que elas enfrentam e propor soluções que levem em conta a interseccionalidade de gênero e raça, por exemplo.

3 DO RECUPERAR O TEMPO PERDIDO AO ORÇAMENTO INVESTIDO

Fortaleza se destaca como a maior cidade do Nordeste em população e economia, além de possuir o maior orçamento público entre as capitais do Norte e Nordeste. No entanto, a cidade também é marcada pela desigualdade, que afeta significativamente a vida de seus moradores. Nesse sentido, a presente seção se concentra na análise do orçamento público destinado à Educação de Jovens e Adultos – EJA, do município de Fortaleza, no período de 2013 a 2023.

Neste contexto, é fundamental questionar como os recursos públicos estão sendo alocados para a EJA ao longo dos anos e como essa distribuição tem evoluído. Quais são os principais itens orçamentários relacionados à EJA

em Fortaleza, e como sua distribuição tem se alterado ao longo do período em análise?

Além disso, é importante investigar qual é a participação percentual da EJA no orçamento total destinado à educação no município de Fortaleza, e como essa participação tem variado ao longo dos anos. Essas questões são essenciais para compreendermos como a cidade está investindo na EJA, especialmente considerando o contexto de desigualdade que caracteriza a realidade de Fortaleza.

Para tanto, é necessário compreender a conjuntura política do período analisado. No período, no plano nacional, o Brasil resistia aos efeitos de um golpe político-midiático-parlamentar que impediu a primeira presidenta de governar. Políticas sociais, assim como o Estado brasileiro, eram desmanteladas com a aprovação da emenda constitucional que previa um Teto de Gastos Públicos.

Ataques aos trabalhadores eram promovidos de forma sistemática, agravados por uma pandemia da Covid-19 que vitimou milhões. Esse protagonismo nefasto foi conduzido pelos governos do ilegítimo presidente Michel Temer, seguido por Jair Bolsonaro. Este último representava um governo negacionista que desacreditava na ciência e que desassistia a população mais vulnerável, onde se situa boa parte do público da EJA.

Em Fortaleza, no ano de 2013, o Prefeito Roberto Cláudio (PSB) assume a prefeitura de Fortaleza com orçamento municipal elaborado na gestão da Prefeita Luizianne Lins (PT). Era o fim do ciclo político da gestão petista na capital. Desde então, o mesmo grupo político do então prefeito vem administrando a cidade. O prefeito Roberto Cláudio governou Fortaleza por dois mandatos (2013-2016 e 2017-2020) e conseguiu eleger o seu sucessor, José Sarto (PDT) (2021-2024).

Durante esse período (2013-2023), o município de Fortaleza vem ampliando o número de matrículas em todas as modalidades de ensino, inclusive com a expansão da rede municipal de ensino em 28% no número de alunos. A única exceção é a EJA, que teve uma drástica redução de 64% no período observado, conforme podemos observar no quadro a seguir.

Tabela: Evolução matrículas por modalidade de ensino – Fortaleza/CE
(2013-2023)

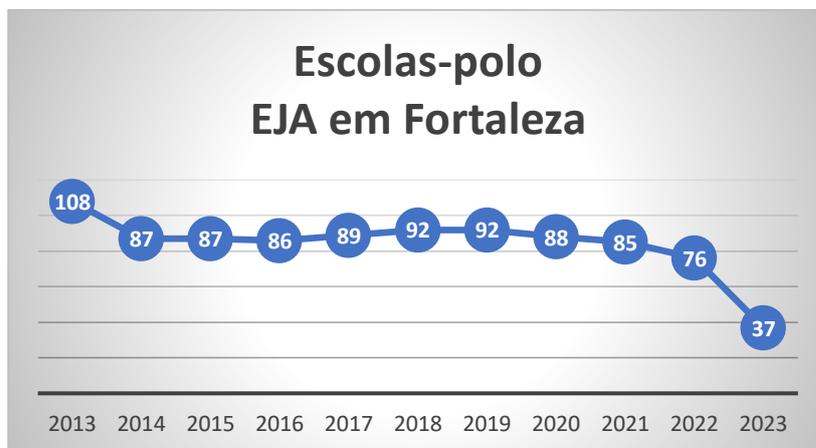
ANO	Educação Infantil		Ensino Fundamental		EJA	Total da Rede
	Creche	Pré-escola	Fund I	Fund II		
2013	11285	20721	92347	44788	16811	185952
2014	14329	21057	88041	52452	15624	191503
2015	16069	21079	84775	55419	14018	191360
2016	16456	21932	84946	60198	13848	197380
2017	18188	23895	86999	63987	14233	207302
2018	21163	25889	87573	66758	12716	214099
2019	21892	28085	88152	70848	11443	220420
2020	22135	30328	89291	76771	11093	229618
2021	22384	31963	93455	82979	9391	240172
2022	24418	31763	94580	83196	6676	240633
2023	25923	31623	94478	80631	6038	238693
Variação %	130%	53%	2%	80%	-64%	28%

Essa redução significativa do número de matrículas na EJA converge para os estudos de Volpe (2013), Di Pierro (2015), Ventura (2016) e Miranda Silva (2019).

Outra questão que se pode aferir, é que, com a ampliação do número de matrículas em outras modalidades de ensino em Fortaleza, pode estar refletindo uma priorização de investimentos em determinadas áreas da educação em detrimento da EJA. Isso levanta a questão da equidade no acesso à educação, especialmente para aqueles que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular. Não se trata de priorizar uma ou outra modalidade de ensino, mas garantir um direito.

Para se ter dimensão dessa medida, ao longo da última década, Fortaleza perdeu 66% de suas escolas-polo que ofertavam a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Para o ano de 2023, somente 37 estabelecimentos de ensino estavam ofertando a modalidade EJA em Fortaleza, divididos em 196 turmas. Isso significa que na virada do ano letivo (2022-2023), 39 estabelecimentos deixaram de ofertar EJA e que 47 turmas foram fechadas. Em diversos casos, os educandos passaram a ter que se deslocar mais de 4 km para chegar aos Polos da EJA.

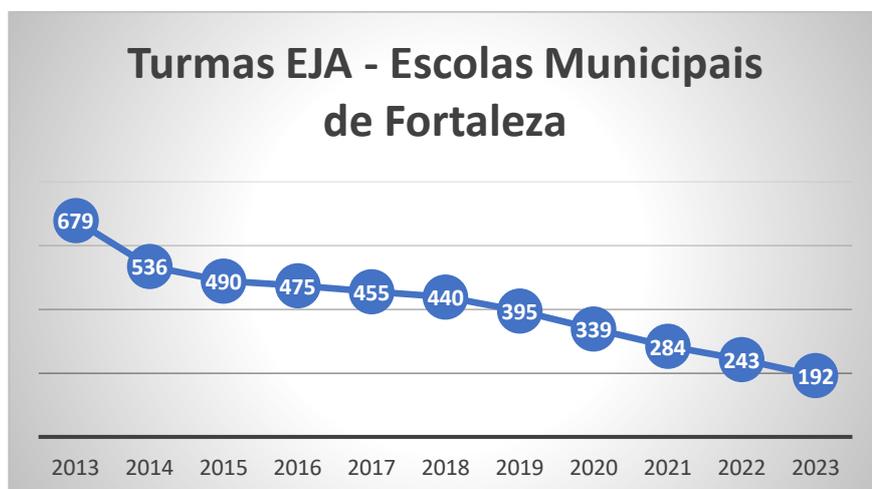
Gráfico: Evolução Escolas-polo



Fonte: Censo Escolar - INEP / Gráfico: Autor (2024).

Em efeito cascata, a redução no número de turmas da EJA ao longo do período também é alarmante e chega a 72%. Em 2013, eram 679 turmas de EJA em escolas-polos municipais. Em 2023, eram apenas 192. A redução no número de turmas da EJA pode ter impactos negativos na capacidade de atendimento dessa modalidade de ensino, dificultando o acesso de jovens e adultos que desejam retomar seus estudos. Isso pode resultar em uma maior exclusão educacional e social desses grupos populacionais, perpetuando ciclos de desigualdade e marginalização.

Gráfico: Evolução turmas EJA

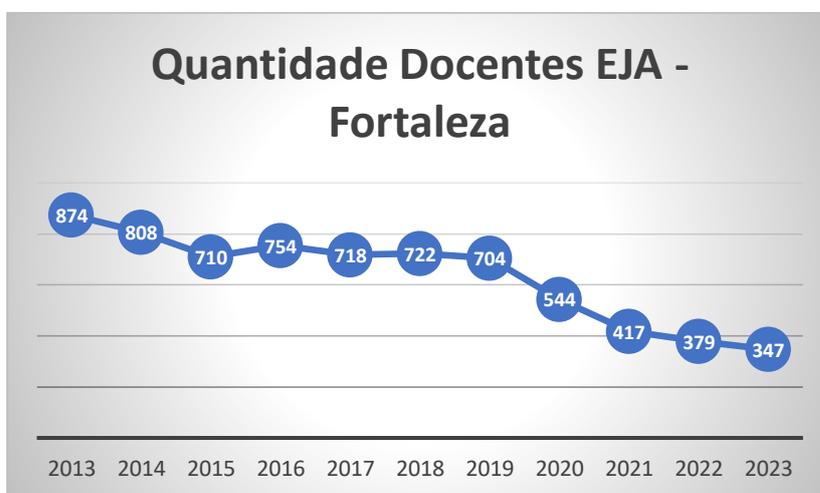


Fonte: Censo Escolar - INEP / Gráfico: Autor

Ao longo do período analisado, observamos uma redução de 60% no número de docentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Fortaleza. Essa redução está diretamente relacionada à diminuição no número de matrículas e, conseqüentemente, no número de turmas. A perda de 527 docentes resulta em salas de aula superlotadas, sobrecarga de trabalho para os educadores remanescentes, dificuldades na implementação de metodologias educacionais adequadas e falta de acompanhamento individualizado dos alunos.

Para atender às especificidades e à diversidade do público da modalidade, o acompanhamento individual e a manutenção do vínculo entre docente e discente são fundamentais. Romper com essa lógica pode comprometer a dinâmica de aprendizagem, pois dificulta a identificação e a atenção às necessidades específicas de cada aluno, o que pode prejudicar sua trajetória acadêmica e sua motivação para continuar os estudos.

Gráfico: Evolução quantidade docentes EJA



Fonte: Censo Escolar - INEP / Gráfico: Autor

O cenário de desmonte da EJA em Fortaleza pode ser explicado pelo baixo investimento nos últimos anos por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza. A partir do quadro, podemos identificar três conceitos aplicados ao orçamento público: Lei Orçamentária Anual - LOA – Inicial; Lei Orçamentária Anual - LOA Atualizada; e Orçamento Liquidado.

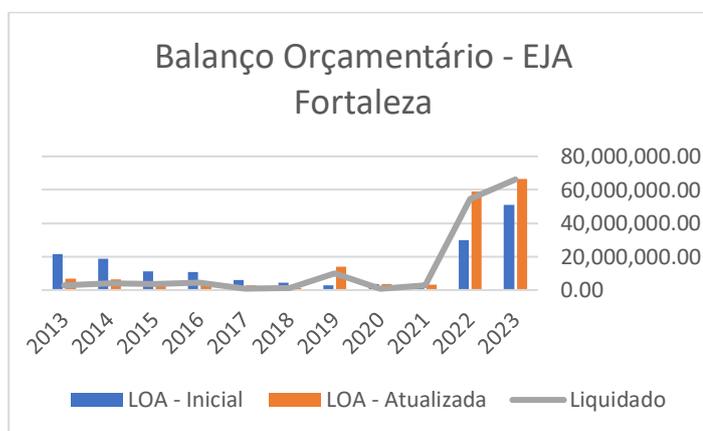
Para facilitar o entendimento do gráfico abaixo e dos conceitos utilizados para a sua interpretação, é necessário informar que todos os anos o Chefe do Poder Executivo envia para a Câmara Municipal um projeto de Lei Orçamentária que versará sobre todos os gastos dos poderes, tanto Legislativo quanto do Executivo, para o ano subsequente. Os vereadores têm o papel de apreciar o projeto e votar podendo modificá-lo.

Uma vez votado e aprovado, o Executivo seguirá a Lei Orçamentária Anual – LOA, podendo realizar ajustes que não comprometam o limite de 25% do orçamento inicial aprovado. Portanto, quando definimos “LOA Inicial” – referimos ao orçamento votado e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.

Já a “LOA Atualizada” – referimos ao orçamento já votado pelo Legislativo e suplementado ou remanejado pelo Poder Executivo. De acordo com a arrecadação ou captação de recursos extras o orçamento pode ser alterado. Quando referimos ao “Liquidado” – é a fase em que o Executivo verifica se recebeu aquilo que comprou. Ou seja, quando confere que o bem, obra ou serviço foi entregue corretamente como acordado para a efetivação do pagamento.

Em geral, ao longo dos anos, percebemos um baixo orçamento destinado à EJA, assim como a execução orçamentária, por parte do município de Fortaleza. O ponto fora da curva são os dois últimos anos (2022-2023) em que houve maior aporte no orçamento e na execução, conforme podemos conferir no gráfico abaixo.

Gráfico: Evolução Orçamento EJA



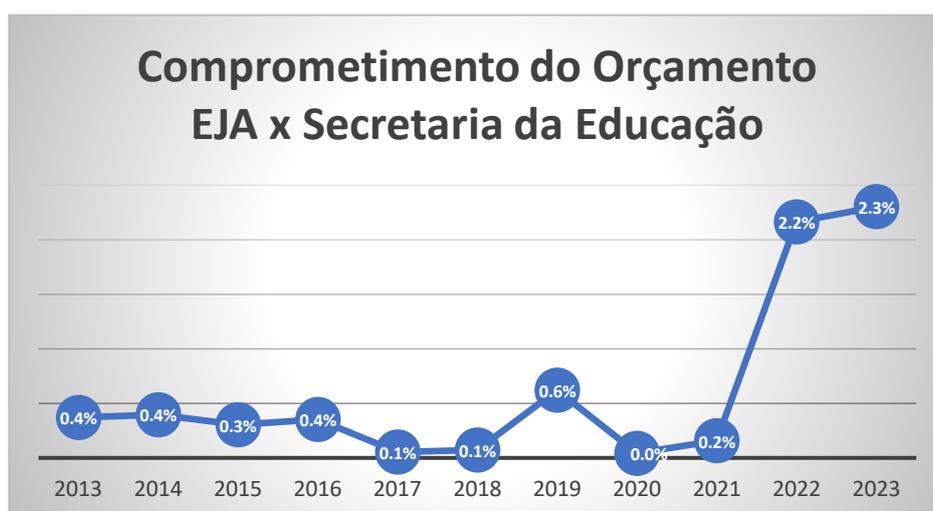
FONTE: Portal da Transparência Prefeitura Municipal de Fortaleza / Gráfico: Autor

Ao analisarmos a composição do orçamento nos anos de maior investimento (2022 e 2023), observamos que a "Remuneração de Pessoal Ativo" passou a ser incluída no orçamento da EJA, o que não ocorria nos anos anteriores.

Em 2022 e 2023, respectivamente, 98,5% e 94,8% do orçamento liquidado da EJA foram destinados ao pagamento de pessoal; 0% e 3,8% para a manutenção da modalidade; 1,1% e 0,8% para Alimentação Escolar; e 0,3% e 0,6% para aquisição e distribuição de fardamento escolar.

Outro aspecto crucial a ser considerado é o orçamento total destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo município de Fortaleza, conforme apresentado no quadro abaixo. É alarmante constatar que esse orçamento representa, em seu ápice, pouco mais de 2% do orçamento total da Secretaria da Educação do Município. Nos últimos dois anos (2022 e 2023), esse valor ainda foi inflado pela inclusão da remuneração dos professores da modalidade no orçamento, como mencionado anteriormente. Essa alocação limitada de recursos pode ter sérias implicações para o acesso, a permanência, a qualidade e a eficácia dos programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos em Fortaleza.

Gráfico: Evolução Orçamento EJA



FONTE: Portal da Transparência – Prefeitura Municipal de Fortaleza / Gráfico: Autor.

Diante desse cenário, o Poder Executivo Municipal tentou dar uma resposta às críticas e pressões que sofriam devido ao desmonte na EJA conforme podemos acompanhar nas manchetes da imprensa local: “Educação de Jovens e Adultos enfraquece e pelo menos 19 turmas são encerradas em Fortaleza” (Diário do Nordeste, 19/09/2022); “Fortaleza registra 2,4 mil matrículas a menos de Jovens e Adultos nas escolas com EJA” (Diário do Nordeste, 02/10/2019) e “No país de Paulo Freire, EJA tem corte de investimento e pouca visibilidade” (D’maschio; Lopes, Porvir, 08/11/2022).

A justificativa oficial do município de Fortaleza para a redução do investimento na modalidade, a diminuição de turmas, docentes e matrículas, se baseia na melhoria da chamada Taxa de Distorção Idade-Série (TDI), conforme declaração da prefeitura de Fortaleza em seu site institucional . No entanto, embora seja fato que a TDI tenha passado de 34,2% em 2013 para 10,4% em 2023, Fortaleza ainda é a 17ª capital brasileira com a maior Taxa de Distorção Idade-Série, segundo dados do INEP/2023.

Gráfico: Taxa Distorção Idade-série



FONTE: Censo Escolar - INEP / Gráfico: Autor

Mesmo sem uma resolução oficial, na prática, observamos uma recomendação para que alunos com mais de 15 anos completos sejam transferidos compulsoriamente para a EJA, ou seja, existe na rede um indicativo de transferência para a EJA. Essa/e prática/indicativo resulta na "expulsão" de

um contingente de adolescentes da escola regular seriada para a modalidade EJA, aprofundando a juvenilização da modalidade.

Essa evidência pode ser percebida pelo número de matrículas de cada rede em Fortaleza. Segundo dados do Censo Escolar/INEP, em 2013, a EJA municipal representava 40% das matrículas na capital e a EJA estadual 60%. Em 2023, a EJA estadual chegou a 77% das matrículas e a EJA municipal 23%. Esse movimento indica que a transferência compulsória de alunos da EJA municipal para EJA Estadual, muitas vezes sem o devido acompanhamento e apoio, pode estar contribuindo para a precarização do ensino ou deixando alguns educandos pelo caminho e ampliando a desistência da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei o presente artigo explicando a motivação através da série “Segunda Chamada”. Embora a série demonstre uma realidade na cidade de São Paulo, os desafios retratados ressoam com força na realidade da EJA em Fortaleza. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a alocação de recursos financeiros para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Fortaleza e a efetivação do direito à educação para jovens e adultos na última década (2013-2023).

A investigação, de natureza quali-quantitativa, baseou-se em indicadores sociais, demográficos e educacionais, extraídos de instrumentos oficiais como o Censo Escolar da Educação Básica, Censo Demográfico Brasileiro, Balanço Geral - Acompanhamento da Execução Orçamentária da Prefeitura Municipal de Fortaleza e Lei Orçamentária Anual do município de Fortaleza.

Pode-se dizer, com base nas reflexões e análises realizadas, que o objetivo deste artigo foi cumprido em sua integralidade. Ao longo da pesquisa, os dados revelaram um cenário preocupante de desmonte da EJA em Fortaleza, marcado pela redução drástica do número de matrículas.

Os dados apresentados e discutidos evidenciaram que: entre 2013 e 2023, houve uma queda de 64% no número de matrículas na EJA, enquanto a rede municipal de ensino como um todo teve um aumento de 28%; 66% das

escolas-polo da EJA foram fechadas nos últimos anos, resultando em uma redução de 72% no número de turmas; o quadro de docentes da EJA foi reduzido em 60% durante o período analisado (2013-2023); a EJA recebeu, em seu ápice, apenas 2% do orçamento total da Secretaria da Educação do Município, e que nos últimos dois anos, esse valor foi inflado pela inclusão da remuneração dos professores da modalidade no orçamento, mascarando a real situação de subfinanciamento.

É esse o retrato da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Fortaleza na última década que agravada pela falta de estrutura adequada, a escassez de vagas cria um ambiente precário que impede o aprendizado e a progressão dos educandos.

As reflexões deste estudo servem como um farol a guiar o debate sobre o processo de reconstrução da EJA que visa ampliar o número de matrículas, escolas-polo e turmas, recuperar o quadro de docentes e destinar recursos orçamentários adequados. Estas são medidas essenciais para garantir a qualidade do ensino e a infraestrutura das escolas-polo.

Investir ainda, em materiais didáticos, na formação de educadores e em programas de apoio à aprendizagem é fundamental para melhorar as condições de ensino e garantir que a EJA cumpra seu papel transformador. Eliminar a transferência compulsória para a modalidade e flexibilizar os critérios para o recebimento de bolsas de estudo aos educandos são medidas que visam garantir o acesso à educação para todos, combatendo as desigualdades e promovendo a inclusão social.

A reconstrução da EJA em Fortaleza não é tarefa de um único ator. É um esforço coletivo que exige a participação ativa e pactuação de todos os setores da sociedade buscando promover a articulação entre a EJA e outras políticas públicas. Valorizar e reconhecer a importância da modalidade, e envolver a comunidade na construção de soluções são ações complementares que fortalecem o processo de reconstrução. Juntos, podemos construir uma "Segunda Chamada" real para a EJA em Fortaleza, garantindo que todos tenham a oportunidade de recomeçar, de superar obstáculos e de construir um futuro melhor.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 171-196, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100009>.

BORGES, Irlanda Aglae Correia Lima. *A gestão do financiamento público em escola de educação de jovens e adultos: um estudo no Distrito Federal*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

CARDOSO, Caroline Cristiano. *Direito à educação de jovens e adultos na tessitura das políticas públicas de financiamento*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sigma. (org). *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

DI PIERRO, Maria Clara. *O financiamento público da educação básica de jovens e adultos no Brasil no período 1985/1999*. 2000.

DI PIERRO, Maria Clara. O impacto da inclusão da educação de jovens e adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica: um estudo em municípios paulistas. *Em Aberto*, Brasília, v. 28, n. 93, p. 119-130, 2015. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2524/2262>.

HADDAD, Sérgio (Coord.). *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília, DF: Inep, Comped, 2002.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Novos caminhos em educação de jovens e adultos–EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. *São Paulo: Ed.Global*, 2007.

HADDAD, Sergio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. *Revista Brasileira De Alfabetização*, Curitiba, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba.2015.v1.81>.

IRELAND, Timothy. Vinte anos de Educação para Todos (1990-2009): um balanço da educação de jovens e adultos no cenário internacional. *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 43-57, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIRANDA SILVA, Marta Rosa Farias de Almeida. A educação de jovens e adultos (EJA): o que dizem os números dos orçamentos do estado da Bahia. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 5, p. 3589-3601, 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1521>.

RIBEIRO, Clayton Diógenes. *Estado do conhecimento sobre a educação de jovens e adultos no Brasil: um balanço de teses e dissertações (1999-2006)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/173/1/Clayton%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SANTOS, Selma; NUNES, Eduardo José Fernandes; DANTAS, Jorge Felipe Carneiro Coelho. Avanços, recuos ou estagnação do financiamento da educação de jovens e adultos na Bahia - 2007 a 2017? *Revista Educação e Ciências Sociais*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 5-25, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/7510>.

SERRA, Enio; VENTURA, Jaqueline; ALVARENGA, Márcia; REGUERA, Emilio. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por educação de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro. *Crítica Educativa*, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 25-41, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22476/revcted.v3i3.243>.

VENTURA, Jaqueline Pereira. A política educacional para EJA na produção científica do GT Educação de Pessoas Jovens e Adultas da ANPEd (1998-2008): contribuições para o debate (GT18 nº 5890). In: 32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 2009, Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG: ANPEd, 2009. Recuperado de <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT18-5890--Int.pdf>.

VENTURA, Jaqueline. A oferta de educação de jovens e adultos de nível médio no Estado do Rio de Janeiro: primeiras aproximações. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, Salvador, v. 4, n. 8, p. 09-35, 2016.

VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. O financiamento da educação de jovens e adultos em municípios mineiros no período de 1996 a 2006: até quando migalhas? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 693-716, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000300010>.